

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 148

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DO ENCONTRO DOS  
DEPUTADOS ESTADUAIS DO  
PARLAMENTO DO SUL - PARLASUL  
REALIZADA EM  
22 DE OUTUBRO DE 1999**

(sexta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi, ainda presentes inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas, do Corpo Consular e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, declaro aberto o

**ENCONTRO DO PARLAMENTO DO SUL  
PARLASUL.**

Com muita honra passo a ler a composição da Mesa.

Excelentíssimo Senhor Pretextato Taborda Ribas, Chefe da Casa Civil, representando o Governador Jaime Lerner; Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Odoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do sul e Presidente do PARLASUL; Excelentíssimo Senhor Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; Excelentíssimo Senhor Deputado Maurício Picarelli, vice-Presidente da Assembléia do Mato Grosso do Sul; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Carlito Mers, representante da Câmara Federal; Excelentíssimo Senhor Deputado José Miguel Martini, Presidente da UNALE; Excelentíssimo Senhor Embaixador Virgílio Lamas Ortiz, Decano do Corpo Consular do MERCOSUL e Embaixador do Uruguai;

Excelentíssimo Senhor Orlando Pessuti, Coordenador do Bloco Agropecuário e maior incentivador nesta Casa de Leis pela representatividade da Assembléia na UNALE.

Convido a todos para ouvirmos neste instante o Hino Nacional.

**(Execução do Hino Nacional)**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê):

“Excelentíssimos Senhores Deputados visitantes, senhoras e senhores.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, saudamos a presença de ilustres personalidades políticas do País, que visitam nossa sede para a reunião conjunta do Parlamento do Sul - PARLASUL, e da União Nacional dos Legislativos - UNALE.

Avulta, desde logo, a oportunidade e relevância destes eventos, no momento em que, ao final do primeiro meio milênio de sua existência, o Brasil busca consolidar sua estabilidade econômica, e entrar no novo século com condições de estabelecer um projeto de desenvolvimento voltado para o bem-estar e melhoria de vida dos seus cidadãos.

É, portanto, motivo de regozijo e de engrandecimento desta Casa Legislativa recepcionar o PARLASUL e a UNALE para reuniões que julgamos serem pertinentes, adequadas e, certamente, alvissareiras.

São encontros promissores. Mais do que discussões sobre partilhas sectárias, o Poder Legislativo, como sempre fez, saberá pôr em foco os problemas nacionais e os anseios da sociedade brasileira, sem prejuízo das vocações, das peculiaridades e das potencialidades de crescimento de cada Estado e de cada região.

É indispensável, pois, afirmar e revigorar nosso papel no contexto do atual cenário brasileiro, que se desloca numa trajetória de profundas mudanças no cenário nacional, para inserir o Brasil no processo de globalização da economia, num mundo em transformação.

Nos países, internamente, e entre as Nações, os governos procuram transpor as diferenças físicas, os limites geográficos, abrindo fronteiras, reunindo nacionalidades diversas, em torno de objetivos políticos, sociais e, principalmente, econômicos, que lhes sejam comuns.

Surgem, dentro das Nações, os legítimos interesses regionais e, entre as Nações, blocos aglutinadores de interesses convergentes.

Há dois séculos, a visão profética de Simão Bolívar, o libertador das Américas, já proclamava a necessidade da integração econômica dos países recém emancipados; em 1811 o Chile propunha união aduaneira entre países do Cone Sul: idéias precursoras do MERCOSUL. Aspiraões e visões seculares!

Hoje, aí estão o Mercado Comum Europeu, a NAFTA, a ALCA, o MERCOSUL. Em nosso tempo o Brasil foi o principal ator para que o MERCOSUL se

concretizasse neste espaço territorial da América, por iniciativa dos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, da Argentina. Deve, pois, liderar o atual processo de consolidação e a fase dinâmica do Sistema.

Por sua vez, graças à excepcional condição geográfica, a Região Sul do País deve exercer a atenção e a atração preponderante dos organismos oficiais, das instituições e das empresas, eixo centralizador que é deste espaço geoeconômico, na porção meridional do Continente.

Estaremos, no dia de hoje, reafirmando a eficiência, as vantagens, as benesses da nossa região, não só as naturais como as do nosso trabalho, nosso reforço e competência.

Afirmei, recentemente, na abertura de evento nesta Casa, que 'como Unidade Autônoma da Federação Brasileira, temos nossos interesses e objetivos voltados primariamente para a União Federal. Entendemos que o pacto Federativo, intrínseco e da própria natureza da forma republicana de governo, estabeleça os modos pelos quais se relacionam a União e as unidades subnacionais - Estados, Municípios e Distrito Federal - na fixação de atribuições e responsabilidades entre os diversos níveis de governo'.

Preocupavam-nos, no entanto, como nos preocupavam, as repercussões desfavoráveis que a Reforma Tributária proposta pelo Governo da União possa acarretar aos Estados e Municípios, já agravados financeiramente, quando novas competências lhe foram atribuídas sem o respectivo repasse financeiro.

Atualmente, reformas apresentadas pelo Governo Central têm despertado extrema sensibilidade, e preocupação nos entes políticos e na sociedade, pelo inevitável impacto sobre cada Unidade federal, cada Município e cidadão contribuinte. Mudanças anunciadas implicam em consideráveis dificuldades na capacidade de os Estados planejarem e implementarem políticas econômicas e sociais. Podemos intuir que para o futuro, o grau de liberdade dos gestores públicos em desenvolverem políticas locais e regionais será drasticamente reduzido pelas mudanças em curso.

Ainda agora, preocupa-nos o Projeto de Lei Complementar nº 18/99 - que regula o Artigo 163 da Constituição Federal e dispõe sobre princípios e normas de finanças públicas, a chamada lei de responsabilidade fiscal.

Todos nós desejamos que a administração do Estado seja eficiente e responsável. Entretanto, deve-se observar que o projeto altera substancialmente o papel dos legislativos estaduais, introduz elementos novos nas atribuições do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, além de conceder poderes de interferência direta nos Estados e Municípios. Tanto a doutrina da divisão dos Poderes como a autonomia dos entes federados são transgredidas, gerando preocupação ante esse vício constitucional que contamina a iniciativa.

Tem condições e oportunidade o Parlamento do Sul, e, de modo mais abrangente, a União Nacional dos Legislativos Estaduais de aprofundarem o debate sobre o referido projeto de lei de responsabilidade fiscal, encaminhando críticas e sugestões às respectivas bancadas federais e ao Governo da União, no sentido de proteger a autonomia legislativa, manter a integridade das atribuições das Assembléias Estaduais e a garantia do Pacto Federativo.

Face à inequívoca relevância dos temas a serem abordados e ao discernimento, bom senso, e qualificação dos que aqui irão debater, analisar e decidir, estou convicto de que os conclaves atingirão os objetivos de sua convocação.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebe-os efusivamente e os cumprimenta fraternalmente.

Movem-nos os interesses comuns, e o mandato que recebemos do povo, de promovermos a prosperidade dos nossos Estados, e a grandeza do Brasil.

Muito obrigado."

A abertura e a saudação eu passo com muita honra nesta oportunidade a palavra ao Deputado Paulo Odoni Ribeiro, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e do PARLASUL, que dá início à reunião comentando sobre a transformação do COPASUL em PARLASUL, e a importância deste bloco.

Com a palavra o Deputado Paulo Odoni.

#### O SR. PAULO ODONI

Quero saudar o Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Justus, digno Presidente desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que abriga a nós Deputados Parlamentares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, nesse início de jornada.

Quero saudar o Excelentíssimo Pretextato Tabora Ribas, Chefe da Casa Civil, representante do Governador do Estado do Paraná. Saudar o Excelentíssimo Senhor Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o Excelentíssimo Senhor Deputado Maurício Picarelli, vice-Presidente da Assembléia do Mato Grosso do Sul e que representa neste ato aquele Parlamento; o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal, Carlito Mers, representante da Câmara Federal; o Excelentíssimo Senhor Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE; o Excelentíssimo Senhor Embaixador Virgílio Lamas Ortiz, Decano do Corpo Consular do MERCOSUL; o Excelentíssimo Senhor Deputado, Coordenador do Bloco Agropecuário, Deputado Estadual do Paraná.

Quero fazer uma saudação especial a todos os Parlamentares e ao Corpo de Assessores e ao Quadro Profissionais da Assembléia Legislativa do Paraná, que desde ontem nos recebe com o carinho e o cavalheirismo que sempre caracterizaram a gente do Paraná toda vez que aqui estivemos. E em nome do próprio PARLASUL, quero deixar portanto ao Presidente Nelson Justus con-

signado este nosso reconhecimento e agradecimento pela forma muito mesmo carinhosa, com que todos nós desde ontem temos recebido a atenção desta Assembléia e deste Estado. Nos reunimos há alguns dias atrás em Porto Alegre para cumprir um ritual de assumir a Presidência numa agenda rotativa, do que chamamos a COPASUL, entidade que congregava os Presidentes das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul. E naquela reunião, com a presença do Presidente da UNALE decidimos por unanimidade transformar a COPASUL, que congregava os Presidentes numa entidade com muito maior densidade, com muito maior representatividade e absolutamente oxigenada no Parlamento do Sul integrado por todos os Parlamentares destes quatro Estados.

Nós que no parlamento já temos o privilégio de ser o Poder publico, onde aqui estão representados todos os matizes político-ideológicos, onde se localizam as convergências, onde se localizam as divergências, o lugar do embate, do debate, mas também o processo democrático encontra o seu cerne. Parlamento sem divergências, sem pluralidade, não é Parlamento. E Democracia sem parlamento vivo também não é Democracia. Se já temos essa virtude, unidos, em blocos, podemos mais ainda ter absoluta autenticidade no representar os interesses dos nossos estados, da nossa região, e com muito mais força congregada. E através da participação ativa de todos os nossos Parlamentares, evidentemente, ter a representatividade dos nossos povos toda vez que nos manifestarmos. Essa é a idéia e a compreensão do que imagino possa ser a dimensão do nosso parlamento do Sul.

O País, hoje, se constitui, se subdivide em blocos parlamentares. Já o bloco dos Estados a Amazônia, entre oito e nove estados, se constituíram no Parlamento da Amazônia. O Nordeste está fazendo o mesmo. E os estados do centro estão também constituindo o seu bloco parlamentar. Não poderíamos deixar Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul que têm tantas afinidades históricas e de aspecto econômico social, não poderíamos deixar de estarmos, nós, unidos encontrando aquilo que para nós é consenso e absoluta necessidade da defesa dos interesses da nossa região, da nossa economia, da nossa gente. Evidentemente, unidos e através dos nossos parlamentos, vamos ter condições de dar uma contribuição muito maior no fortalecimento do processo democrático do nosso País e, mais do que isso, no seu desenvolvimento mais igualitário, mais justo.

Tenho certeza, Senhor Presidente - Nelson Justus, que a nossa reunião, aqui, no Paraná, que vai instituir, formalmente, e aprovar os estatutos da nossa entidade, será apenas o passo inicial para que o Parlamento do Sul tenha forte atuação na defesa deste interesse, mais do que isso, com a capacidade de contribuir e até liderar os posicionamentos mais avançados, politicamente, que possamos ter na nossa Federação.

Tenho certeza de que os temas que estão aí a nos desafiar e desde logo questões como a Lei da Gestão Fis-

cal Responsável, da Responsabilidade Fiscal, que traz até alguns retrocessos, sob o ponto de vista democrático, dando a força da caneta ao Executivo para que possa penalizar aos legislativos e aos outros poderes, contradiz, expressamente, a única forma que se conseguiu no processo democrático do convívio, que é o convívio harmônico e respeitoso entre os poderes. Poder para ter a sua independência assegurada e o seu respeito é preciso que tenha a convivência e o respeito institucional com os demais poderes, sejam ocupados ou detidos pelo Partido político dominante, no momento, ou não.

Não podemos aceitar, portanto, que se possa dar poderes tão fortes capazes de ameaçar até a boa harmonia, o bom relacionamento entre os nossos poderes, no processo democrático. E, certamente, essa nossa colocação terá força e terá solidariedade dos outros legislativos do País. E vamos ter a oportunidade de trabalharmos em cima da análise deste projeto de lei que tramita no Congresso e de podermos, sem dúvida, colocar o nosso posicionamento, espero eu, com a participação dos demais legislativos e a UNALE é um bom veículo para fazer essa congregação, e que possamos, de imediato, talvez, impedir que se consolide, que se perpetue um retrocesso violentíssimo nas nossas relações democráticas, tudo na defesa dos nossos parlamentos e do sistema Republicano Brasileiro Federativo.

Quero chamar a atenção para um outro aspecto, mal tomava posse, em Porto Alegre, portanto, na COPASUL, e já então transformando em Parlamento Sul, recebia de uma entidade análogo a nossa Argentina, do CRECENEA, que congrega Deputados, Senadores, Legisladores das Províncias do Norte da Argentina, da metade da Argentina, pedindo que o PARLASUL marque data, dia, hora e local para o encontro com o CRECENEA. Nos convidando a todos para um encontro para debatermos e trabalharmos em cima da questão do MERCOSUL. E, não haveria momento histórico mais propício para a nossa intervenção como parlamentares nesta questão, na medida que os nossos Estados do Sul talvez sejam os mais atingidos pelas questões e dificuldades que o MERCOSUL nos impôs. No Rio Grande do Sul e, tenho certeza, no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, se repete esta situação aonde a produção primária é muito significativa no nosso processo econômico evidentemente se sofreu a competitividade e as questões principalmente com a Argentina e, se pagou o preço talvez, da Âncora Verde como se chamou o Plano Real, toda a abertura máxima que se deu e sempre que se abre demais, depois de fechar a economia de um País é mais difícil do que se abrir gradualmente. Desde que houve o Plano Real e a abertura já anterior demasiada à globalização e ao próprio MERCOSUL, pagamos um preço muito grande no Rio Grande do Sul, na metade Sul, um preço que eu diria até certa forma exagerado.

Agora, que as questões cambiais trazem problemas conjunturais ao MERCOSUL, é normal que aconteçam nos mercados comuns e isto não significa nem o fim do

MERCOSUL, nem que ele deva sofrer retrocesso, ao contrário, nos desafia e nos exige que nos aglomeremos e que possamos enfrentar o poder dos blocos dos Países de Primeiro Mundo em que a globalização hoje se divide, mas nos desafia e ajudarmos a construir as soluções da integração entre o nosso País e principalmente das economias dos nossos Estados com o MERCOSUL.

Será uma missão do parlamento Sul, tenho certeza, encaminhar soluções e proposições capazes de responder aos desafios e dificuldades que o próprio MERCOSUL trás no seu cerne. E, o momento histórico é dos mais propícios. Talvez tenhamos daqui a pouco tempo a Argenti-na também sofrendo as suas alterações cambiais como o Brasil há pouco teve, e, talvez isso também vá desafiá-los mais ainda algumas adaptações conjunturais no MERCOSUL e entre os nossos Países. Sem dúvida, o parlamento do Sul haverá de poder, ricamente, contribuir por isto.

Vejo, portanto, com muito orgulho, com muita honra, um futuro desafiante mas ao mesmo tempo, muito rico para a nossa Entidade. E, espero que cada um dos nossos Parlamentares, cada um dos nossos Deputados, seja um imenso defensor desta nossa unidade e, ao mesmo tempo, um grande motor criativo no sentido de podermos construir soluções para a nossa região e para o nosso País.

Mais uma palavrinha a agregar apenas: Também nos reunimos, na mesma ocasião, uma boa coincidência, a convite do Presidente da Câmara Federal, Presidente Michel Temer, e, também com o apoio e intervenção da nossa UNALE, reuniram-se os Presidentes das Assembleias Legislativas, recebendo um convite do Senhor Presidente da Câmara Federal para que fizéssemos os nossos encontros periódicos para aproximar do Congresso Nacional os Legislativos Estaduais.

Recebemos todos com muita animação esta proposição e nos propusemos agora com blocos e quem sabe com a intervenção da UNALE, que também deve ser fortalecida como entidade nacional, através destas formações dos nossos Blocos Parlamentares, e possa portanto ter uma presença mais marcante perante o nosso Congresso e a nossa Nação, poderemos tornar institucionalizada esta relação entre não só o Bloco Parlamentar do Sul mas os diversos Blocos Parlamentares das Assembleias Legislativas com o nosso Congresso Federal, ao ponto de podermos realmente assumir mais responsabilidades pelas decisões no Plano Federal no que diz respeito aos nossos Estados, as nossas unidades federadas.

E, sem dúvida, nós, Parlamento Sul, seremos um bloco que valorizará a presença da UNALE como entidade nacional, para que possamos realmente ter uma atividade mais densa dos parlamentares estaduais nas questões nacionais sem que isso negue em nada a competência privativa e a responsabilidade do Congresso Nacional, mas acho que podemos enriquecer, abastecer e levar proposições que possam, quem sabe, até solucionar

algumas questões que hoje estão aí há algum tempo desafiando.

A própria discussão da reforma tributária foi levada a nós como desafio para que as Assembleias contribuíssem. Sei o quanto difícil é as Assembleias poder ter como Assembleia uma posição única sobre a reforma tributária, mas sem dúvida há itens de absoluto consenso entre nós que podem ser colocados marcadamente para a Comissão da reforma tributária, como já está fazendo para que se evite que gerem tremendas injustiças para alguns municípios, para alguns Estados e também para alguns segmentos produtores com a aprovação de um projeto inadequado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados do Parlamento Sul, é com imensa alegria e com muita honra que eu assumo o início dos seus trabalhos, a Presidência do Parlamento Sul, com a enorme esperança e expectativa de que nós não a transformemos apenas numa sigla de encontros nacionais e internacionais, mas realmente de um Fórum fabuloso de debates enriquecedor, capaz de contribuir muito no nosso processo democrático, econômico e social do nosso país.

Agradeço muito a confiança que os presidentes das Assembleias dos outros Estados deram ao Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, e certamente, tenho certeza que a responsabilidade aumentada por congregar todos os Parlamentares fará também que se estimule e muito a nossa atividade e os nossos trabalhos.

Bom trabalho a todos e sucesso para esta entidade no futuro.

**(Aplausos)**

Antes de passar a palavra ao Deputado Maurício Picarelli, quero só dizer aos Senhores que há nas mãos de todos e ontem já examinamos os Presidentes uma minuta, um projeto de estatutos da nossa entidade que nós esperamos seja aprovado aqui hoje por todos e portanto formalmente constituída ela com seu estatuto e se houver alguma contribuição, alguma retificação a fazer antes do final da nossa reunião que nós recebemos dos senhores, por favor, para que ela tenha um início bem democrático, bem transparente.

Quero passar a palavra ao ilustre Deputado Maurício Picarelli, representante do Mato Grosso do Sul, que falará a nós sobre a importância do PARLASUL, os objetivos do seu Estado, Mato Grosso do Sul.

**O SR. MAURÍCIO PICARELLI**

Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Justus, mui digno Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Odoni, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Presidente do PARLASUL; Excelentíssimo Senhor Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembleia de Santa Catarina; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Carlito, representante da Câmara Federal; Excelentíssimo Senhor Miguel Martini, mui digno

Presidente da UNALE; Excelentíssimo Senhor Embaixador Virgílio Lamas Ortiz, do Corpo Consular do MERCOSUL e Excelentíssimo Senhor Orlando Pessuti, Coordenador do Bloco Agropecuário, Senhores Deputados, Senhores Presidentes das Assembléias, Senhoras Deputadas, com a minha saudação representando o Estado de Mato Grosso do Sul, gostaríamos apenas de uma reflexão a respeito do papel dos Legislativos Estaduais, o qual o nosso papel como legislador estadual, quais são as nossas prerrogativas.

Porque entendemos que algo está acontecendo nesse País que nos preocupa e muito.

O Mato Grosso do Sul, como um Estado pequeno da Federação, costume identificá-lo sempre como um patinho feio da Federação, sempre relegado, com todas as dificuldades que os demais Estados da Federação sentem, nós sentimos.

Estamos integrando o Parlamento do Sul, para termos a grande oportunidade de estabelecermos, como irmãos, um sentido de integração e que nós possamos ter o apoio, de representar na Federação, um Estado em desenvolvimento.

O Mato Grosso do Sul com fronteiras com dois países e os demais Estados do sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, precisamos dessa integração.

Entendemos que hoje há uma inversão de valores. O Executivo passa a ser Legislativo, que quase que 70% das leis aprovadas nas Assembléias Legislativas são oriundas do Executivo.

Por força constitucional o Executivo passa a ser Legislativo e o Poder Executivo tenta ser um pouco Executivo.

E as nossas leis são inconstitucionais e quando o seu governador sanciona, é por conveniência do próprio governo.

Alguma coisa está acontecendo neste País, quando o Governo Federal se propõe neste projeto de responsabilidade fiscal, inserindo algo antidemocrático.

Se os legisladores são eleitos pelo povo, como que pode o governador, que também é eleito pelo povo ingerir em outro Poder?

Como pode o Ministério Público ingerir em outro poder? O Ministério Público passa ser Poder também como o Tribunal de Contas, já em alguns Estados se considera um Poder.

Alguma coisa está acontecendo e essa reflexão que trago no Parlamento do Sul, é que nós como bloco, imbuídos num único sentimento de valer a democracia nesse País, é de estabelecermos padrões de moralidade, transparência, mas principalmente de competência legislativa.

Porque são os Deputados Estaduais que estão nas bases, representando legitimamente o povo, as angústias dessa população e, sem dúvida, com a ingerência do Poder Executivo nas ações do Poder Legislativo alguma poderá dar errada.

Nós, como Parlamentares, preocupados com essa situação que o País atravessa, que todos nós, da Assembléia Legislativa, estamos atravessando com todas as dificuldades, com a cobrança incisiva da imprensa de um modo geral. Em alguns Estados o Ministério Público já questionando a respeito das finanças das próprias Assembléias. Sabemos das dificuldades que todos atravessamos, que o País atravessa, mas precisamos lembrar que a democracia se faz com competência e com estado de direito de todos.

Não podemos de maneira alguma perceber o que está acontecendo e ficarmos parados.

O Mato Grosso do Sul soma ao parlamento do Sul, para trabalhar, para buscar os 24 Deputados e os Deputados Federais da nossa bancada federal, e senadores, estamos preocupados em estabelecer esse padrão de democracia institucional em todo o País.

Gostaria Senhor presidente Nelson Justus data vênica de lembrar, que o nosso Estado Mato Grosso do Sul, fazendo parte do Conselho Parlamentar do sul, até então procurarmos sempre desenvolver o nosso trabalho.

Tive a oportunidade, inclusive, de assumir a presidência uma época aqui no Paraná, sob a Presidência que eu gostaria de lembrar com saudades, do presidente Anibal Khury, na qual nesse Plenário, tivemos vários encaminhamentos, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao governo Federal e nós conseguimos muito em várias discussões no Conselho Parlamentar do Sul.

Tenho certeza, Presidente, de que com o PARLASUL, vamos avançar muito mais, porque estamos integrados num único propósito de defender a população, de defender a democracia e procurar o bem-estar e o desenvolvimento dos Estados que compõe o PARLASUL.

Quero pedir a Deus que nos abençoe, nos proteja e que realmente Deus seja o soberano em nossas vidas, dando a nós todos, integrantes do PARLASUL, o entendimento e o discernimento que é necessário ter para chegar ao Governo Federal, com toda a força e toda a disposição, com apoio da UNALE, para que possamos fazer o “lobby” tão falado, tão necessário e convencer os Deputados Federais, de todo o País, que, se aprovado este projeto, do jeito que está, alguma coisa poderá acontecer, a democracia estará fadada ao fracasso!

Agradeço, Senhor Presidente, esta grande oportunidade, e o Mato Grosso do Sul saúda todos, do Paraná, com as bênçãos de Deus.

Deus proteja a todos nós.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo a palavra ao Deputado estadual Miguel Martini, ilustre Presidente da UNALE para nos falar sobre o PARLASUL, no contexto nacional.

Antes porém, do Deputado Martini fazer a sua exposição um pouco gentilmente ao Wilson que nos leia a nominata dos Senhores Deputados presentes a esta Sessão que nós queremos registrar, com muita alegria.

O SR. WILSON

Bom dia, a pedido do Senhor Presidente tenho a honra de anunciar os nomes dos Deputados Estaduais: Algaci Túlio, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk, Edson Strapasson, Takayama, Basílio Zanusso, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Chico Noroeste, José Maria Ferreira.

Além dos Senhores Parlamentares nós queremos mencionar alguns ilustres visitantes que também estão aqui, além dos já mencionados: Senhor Afonso Celso de Camargo, Secretário Executivo do CITIPAR; Senhor Giorgio Bampi, diretor Financeiro e de Relações com o Mercado, da TELEPAR; Senhor Marcos Domakoski, representante da Associação Comercial do paraná, Senhor Duílio José de Paula, representante da EMATER; Senhora Andrey Gubba, da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba; Senhor Virgílio Lamas Ortiz, Senhor Cícero Bezerra Guimarães, representante do Senhor Eduardo Sciarra, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, Senhor Francisco Carlos Sardo, representante da Senhora Alcione Saliba, Secretária da Educação, Senhor André Kafka, representante do Senhor Marcos Isfer, Secretário do Governo Municipal de Curitiba; temos ainda o Senhor Hélio Torres, do Uruguai e o Senhor Almeida Júnior, representante do TRE.

Gostaríamos também de registrar a presença do Deputado Reinaldo Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, saudá-lo com alegria.

A presença também do Presidente da Assembléia Legislativa do Tocantins, Deputado Marcelo Miranda.

Quero registrar também a presença dos três parlamentares da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Marco Peixoto, do PPB que é Presidente da Comissão do MERCOSUL, Deputado Jair Foscarini, do PMDB, e o Deputado Manuel Maria do PTB.

O SR. MIGUEL MARTINI (**Presidente da UNALE**)

Senhor Presidente Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Senhor Paulo Odoni, Presidente do PARLASUL, na pessoa de quem quero cumprimentar os demais Presidentes aqui na mesa. E os Presidentes que estão sentados no Plenário, Deputado Marcelo Miranda e Reinaldo, de Sergipe.

Senhora e Senhores Deputados, amigos, companheiros, diretores da UNALE.

Procurarei ocupar pouco o tempo, pois temos muita matéria para discutir. Como a questão do próprio parlamento, da lei de Responsabilidade Fiscal esse perigo, esse risco que a democracia corre nesse momento. Se não agirmos de maneira contundente e acelerada até porque, está avançando a passos largos a tramitação desse projeto no Congresso Nacional.

Queria dizer da alegria e antes de dizer da alegria de estarmos aqui, agradecer a calorosa acolhida recebida de todos os membros deste Poder, enfim de todos os paranaenses.

Dizer da alegria de estarmos lançando o 2º Parlamento Regional aqui no sul. Há pouco tempo lançávamos em Manaus. Em novembro, se Deus quiser, estaremos em Salvador lançando o Parlamento do Nordeste. e, finalmente, esperamos ainda lançar o Parlamento do Sudeste. Assim esperamos ter cumprido mais uma etapa na consolidação dessa entidade que cresce também, graças a Deus, a passos largos, e cada dia mais ocupa um espaço no senado político nacional.

A UNALE hoje, não só no Brasil, mas na América latina, e já podemos dizer nas Américas. Porque envolve também o Canadá, Estados Unidos, América Central e América do Sul.

Estamos voltando de um encontro dos Parlamentos europeus e das subregiões das diversas regiões do mundo, onde a UNALE foi acolhida.

A UNALE pode estar contribuindo para a criação de organizações similares a nossa nos outros estados federados das Américas.

Como é o caso da Argentina que já temos convite para, no mês de março, estarmos lá para o lançamento da entidade que congrega os parlamentos estaduais da Argentina.

Já tivemos contato com a Venezuela, onde já há início de criação de uma entidade similar.

O México e o Canadá que, a partir de janeiro, terão uma reunião onde deverão de organizar. Já temos nos Estados Unidos, a NCSL - nacional Conferência dos Estados Unidos que já está consolidada há mais de 15 anos.

Já estamos trabalhando no sentido de unirmos todos os seis países federados das Américas.

E com muita alegria dizer que também a Conferência Parlamentar das Américas - COPA, vai estar consolidada também.

Estamos voltando de Quebec onde a UNALE celebrou um convênio com aquela Assembléia Nacional de Quebec.

E ali ficou definida a realização da 2.ª Conferência Parlamentar das Américas em Porto Rico em julho do ano que vem. Já temos o país para a 3.ª conferência e para a 4.ª. E mais do que isso, os Parlamentos da Europa, já nos reconheceram e já se dispuseram a auxiliar a Conferência Parlamentar. O que significa tudo isso para nós? Significa que os legisladores dos poderes legislativos já despertaram.

Já passou o tempo em que estávamos a reboque do Poder Executivo. Já passou o tempo em que os poderes legislativos estaduais eram apenas aqueles que votavam os projetos dos executivos.

Eram apenas aqueles que aceitavam e, a partir das decisões do Congresso Nacional começam a agir, discutir e tomar as decisões.

Já passou o tempo em que as decisões de alianças, de acordos nacionais e internacionais eram apenas feito pelos poderes executivos e depois levados para os parlamentos para que pudessem ser consolidados.

Queremos é estar em igualdade de condições como legítimos representantes do povo, discutindo aqueles acordos, as alianças que tenham implicações diretas ou indiretas na sociedade que nós representamos.

Posso dizer que, ninguém melhor do que os Parla-mentos Estaduais para de fato representarem o anseio do povo. Porque somos nós aqueles que temos acesso direto com a população, contato com as bases sentindo as reivindicações, as deficiências, as dificuldades, as necessidades, e mais do que isso, as aspirações do nosso povo.

Não aceitamos mais que os acordos sejam feitos apenas, ou até muitas vezes, por secretários e por minis-tros que sequer conhecem as urnas.

Sequer tenham passado pela experiência do voto.

Sequer tenham discutido.

Sequer sejam conhecidos da sociedade e toma decisões que dá repercussão nesse sociedade. Queremos que os representantes do povo, eleitos, escolhidos e con-hecidos do povo sejam aqueles que vão discutir todas as implicações que podem ter na nossa sociedade a partir das alianças e dos acordos.

Sabemos que o MERCOSUL é fundamental para nós. Não nos interessa, no primeiro momento, a aliança de Livre Comércio das Américas. Interessa-nos primeira-mente consolidar esse nosso acordo regional. Interessa-nos consolidar a aliança com o Paraguai, Uruguai, Argen-tina e Chile. Depois pensaremos no ALCA. Pois aquilo que interessa para os países desenvolvidos não é neces-sariamente o que nos interessa.

Queremos não que apenas os nossos governantes discutam.

Mas que nós representantes do povo estejamos juntos discutindo essas alianças na nossa visão, na visão do povo, e não na visão da cúpula, ou na visão dos poderes executivos.

Quando estamos organizando essa entidade, quando lançamos parlamentos é porque queremos que as questões regionais sejam discutidas na sua região.

E, aí sim, todo o Brasil, e digo temos 50% dos estados brasileiros aqui presentes, exatamente 14 Assem-bléias Legislativas estão aqui representadas.

Significa dizer que o Brasil está apoiando, como um todo, esses parlamentos Regionais. Como já diziam alguns poetas: “Temos vários Brasis”

Temos realidades regionais. O que queremos é isso, criar Parlamentos Regionais fortes, que tenham força de reivindicação e que todo o Brasil estejamos uni-dos em defesa daqueles interesses regionais que são espe-cíficos de cada região.

Sentimos que a UNALE cada dia mais se consol-ida.

Quando lançamos o Parlamento Amazônico a UNALE, ficou mais forte.

Hoje lançando esse Parlamento do Sul, ficamos mais fortes ainda. Quando lançarmos o Parlamento do Nor-

deste um pouco mais fortes e o Sudeste da mesma maneira.

Então é com muita alegria que estamos aqui hoje. O Brasil, a UNALE já está fazendo história. Já estamos podendo dizer: Podemos contribuir com outros países que ainda não passaram por essa experiência. E acredita-mos que o próximo século será o século da democracia. E só teremos democracia verdadeira se tivermos Parlamen-tos fortes, se verdadeiramente o povo se sentir represen-tado por nós. É por isso que não aceitamos a proposta do Governo Federal, essa lei de responsabilidade fiscal, onde inverte a ordem dos poderes. Dá poderes excessivos para o Ministério Público, dá poderes excessivos para o Poder Executivo, dá poderes excessivos para os Tribunais de Contas. Vejam os senhores, um órgão auxiliar, dá poderes excessivos para o Tribunal de Contas e retira dos Parlamentos Estaduais os seus poderes, a sua inde-pendência e a sua autonomia e nós não aceitamos isso. E estaremos lá na Comissão Especial, no Congresso Nacio-nal, através da Frente Parlamentar em defesa da UNALE, estaremos lá para defender o Poder Legislativo, a autono-mia do Poder Legislativo porque isso significa fortalecer a democracia e fortalecer a democracia significa uma melhor qualidade de vida, mais justiça social que é isso que o povo espera de nós.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Queremos registrar a presença dos seguintes Par-lamentares.

(**Lê**):

“AMAZONAS:

- Dep. Liberman Moreno
- Dep. Sinésio Campos
- Dep. Manoel do Carmo Chaves Neto (Maneca)

GOIÁS:

- Dep. Carlos Alberto Silva
- Dep. Gilberto Naves

MATO GROSSO:

- Dep. Hermínio Barreto

MATO GROSSO DO SUL:

- Dep. Maurício Picarelli

MINAS GERAIS:

- Dep. José Miguel Martini - Presidente da

UNALE

- Dep. Gil Pereira

PERNAMBUCO:

- Dep. Pedro Eurico Barros e Silva

-PIAUÍ:

- Dep. Sebastião Leal Junior

RIO GRANDE DO SUL:

- Presidente Deputado Paulo Odoni Ribeiro

- Dep. Jair Foscarini

- Dep. Manoel Maria dos Santos

- Dep. Marco Peixoto

RIO DE JANEIRO:

- Dep. Marcos Figueiredo

- Dep. Magali Miranda Machado

- Dep. Peixoto

RONDÔNIA:

- Presidente Deputado Silvernani Santos

- Dep. Milene Motta

- Dep. Paulo Moraes

- Dep. João Ricardo Mendonça

- Dep. Natanael Silva

RORAIMA:

- Dep. Raul Prudente de Moraes Neto - 1º

Secretário

SANTA CATARINA

- Presidente Deputado Gilmar Knaesel

- Deputada Odete

SERGIPE:

- Presidente Deputado Reinaldo Moura

TOCANTINS:

- Presidente Deputado Marcelo de Carvalho

Miranda

- Deputado Carlos Henrique Amorim”

“Ao Exmo. Senhor

Deputado Nelson Justus

Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta Capital:

Senhor Presidente.

Com satisfação, agradeço a gentileza do convite para participar da Reunião do Parlamento do Sul, que tem lugar no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

A jornada realiza-se em boa hora, principalmente se considerarmos o temário escolhido em questões políticas e econômicas que, recentemente, mostraram impacto sobre as atividades do MERCOSUL.

A todos os participantes formulamos votos de que a sessão conjunta seja coroada de sucesso e, especialmente aos ilustres parlamentares visitantes desejamos uma agradável estada entre os paranaenses.

Com distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

vice-Governadora do Estado”

Com a palavra Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. GILMAR KNAESEL

Em nome dos 40 Deputados Estaduais que compõem a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, quero cumprimentar nosso Presidente anfitrião, Nelson Justus e da mesma forma estender este cumprimento ao nosso Presidente do PARLASUL - Deputado Paulo Odoni e estender esta saudação a todos os membros da Mesa já nominados e de forma muito especial aos Deputados de outros Estados que nos acompanham e também cumprimentar os assessores, representantes de órgãos, entidades já nominados.

Gostaria de registrar primeiramente o processo até histórico do dia de hoje.

Ainda, quando estávamos em Brasília, num encontro patrocinado pela UNALE, entre os Presidentes das Assembléias Legislativas, para discutirmos a questão da Reforma Tributária, no almoço com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, tivemos oportunidade de encontrar o nosso amigo Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, representando naquele instante a Assembléia do Paraná, Deputado Orlando Pessuti, e falamos sobre a COPASUL.

Havia informação naquele momento de que a Presidência do COPASUL estaria com Santa Catarina ou com Rio Grande do Sul, ninguém sabia ao certo, decidimos naquele encontro marcarmos um encontro para reavivarmos o COPASUL. Esse encontro foi marcado pela assessoria, pela Presidência do Rio Grande do Sul, e quando estávamos nos deslocando para esse encontro fomos fazer uma entrevista coletiva no nosso Estado e a imprensa nos perguntava. Mas o que é COPASUL? Tentava explicar que era o Encontro dos Presidentes das Assembléias Legislativas, com o objetivo de troca de informações, de conhecimento e uma repórter me disse: “Mas COPASUL, será que não é um encontro esportivo? E até num dos jornais do nosso Estado, ficou uma insinuação nesse sentido. E quando estávamos nos deslocando para o Rio Grande do Sul, com minha assessoria, disse: Olha, uma das primeiras coisas que vou propor é mudarmos o nome, porque fica muito mal o nome COPASUL, no encontro, e aí quero fazer justiça ao Deputado Presidente Paulo Odoni, ao Deputado Pessuti que representou mais uma vez o Estado do Paraná, começamos o entendimento da necessidade da transformação do COPASUL, e a sugestão do nome só poderia vir do Deputado Pessuti, que gostar de “parlar” um pouco mais do que o normal, e surgiu então o nome PARLASUL, que vem realmente fechar, primeiramente com os nossos objetivos e com a sugestão dos presentes surgiu então a transformação do COPASUL em PARLASUL, estendo a todos os Deputados Estaduais, fazendo este grande movimento que hoje oficialmente estamos lançando.

No momento em que o Brasil procura uma saída para enfrentar os seus problemas de desenvolvimento econômico social, nós, como entes federados, não poderíamos ficar alheios a este movimento. E nada melhor que regionalmente, procurarmos discutir e sugerir, e buscar ações conjuntas para esta nova fase, que é obrigatória para o Brasil e para os nossos Estados.

O PARLASUL, acho que fecha com este movimento e que nasce em boa hora. Portanto, temos muitas coisas a tratar conjuntamente. Este fórum, este local para as nossas discussões regionais, deverá se iniciar, Presidente, com a minha sugestão para a questão do desenvolvimento econômico. Todos nós temos os mesmos problemas, como já foi aqui colocado anteriormente. Portanto, chega em boa hora desta forma. No dia de hoje estava programado, até que trouxéssemos para este Encontro

tro, o que o Estado de Santa Catarina está fazendo para o seu desenvolvimento, através dos fóruns regionais, que é uma experiência que está crescendo em nosso Estado.

Temos a nossa assessoria aqui presente, que ficou para a parte da tarde, no encontro da UNALE - se o tempo permitir - fazemos uma rápida explanação sobre a experiência de Santa Catarina e levá-la ao conhecimento dos senhores.

Mas acho que nesse momento não caberia, e então fica para a pauta da tarde, se possível for.

Mas, gostaria de registrar, especialmente, a representação de Santa Catarina presente neste momento, especialmente a nossa Deputada Odete de Jesus, que nos acompanha neste Encontro; do nosso Deputado Federal Carlito Mers, que foi Deputado Estadual conosco, brilhante Deputado, principalmente que tem o espaço já na Câmara dos Deputados, na Comissão de Economia, está fazendo um grande trabalho em defesa, principalmente, da Reforma Tributária, e vai abordar o assunto que preocupa a todos; e também das nossas ilustres participações; do nosso Secretário Adjunto da Agricultura, Oto, que vem participar também do Encontro das Assembleias Legislativas, já que vamos ter um fórum na Itália, em Verona, no próximo mês, e que o assunto será sobre a agricultura; acompanhado também do Joel Paulo, que é técnico do SIDASC do nosso Estado. Da Assembleia Legislativa estão presentes o Paulo Henrique da Rocha Faria, Assessor da Consultoria Parlamentar; o nosso Chefe de Gabinete da Presidência, Gelson; o nosso Diretor de Informática, Guilberto, que junto com a UNALE vem desenvolvendo o grande projeto "INTERLEGES" e a nossa Assessora de Relações Públicas, Sônia Arruda.

Então, essa é a nossa representação. E estamos, Senhores Presidentes, queremos fazer mais uma vez o registro, participando ativamente desse processo. Estamos entusiasmados com esse novo passo que estamos dando e acho que o PARLASUL, junto com a UNALE, vai dar grandes passos de avanço e a nossa sociedade, que representamos, sem dúvida entendeu o que estamos propondo.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Paulo Odoni)

Quero registrar também a presença do Deputado Estadual do Amazonas, Ricardo Nicolau, também presente ao nosso Encontro. E quero convidar o Deputado Marco Peixoto, do Rio Grande do Sul

Com a palavra, o Deputado Federal por Santa Catarina, Carlito Mers, membro da Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Fiscal, matéria de alta importância na nossa pauta de hoje pela manhã.

Quero mencionar também que recebemos fax do Deputado Bôsko Costa, Presidente das Comissões de Economia, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, que agradece o convite e dá as suas impossibilidades de comparecer, mas manda, objetivamente, várias sugestões sobre - quase todas - a

Lei de Responsabilidade Fiscal, que depois divulgaremos aos demais presentes.

Com a palavra o Deputado Carlito.

#### O SR. CARLITO MERS

Bom dia a todos!

Todas as autoridades já mencionadas, vamos tentar ser breve, inclusive até porque o nosso Deputado do Rio Grande do Sul vai ter que viajar.

Queria ser o mais objetivo possível, colocando o seguinte: efetivamente, pelas falas que ouvi aqui, este País está vivendo um momento diferente. E é um momento que também nos preocupa pelo tema que abordarei, especificamente, que é essa famosa Lei da Responsabilidade Fiscal. Mas, queria antes disso, fazer alguns comentários sobre o momento que estamos vivendo, e queira ou não, nós, que estamos em Brasília, no fogo cruzado de uma política que realmente precisa - no meu entendimento - ser modificada e as falas que ouvi também são neste sentido.

Comentamos muito sobre a Argentina, teremos eleições neste domingo lá, e espero que se consiga restaurar também na Argentina, o Estado Nacional, acho que esta é a grande discussão. Mas, queria colocar, Senhores Deputados e demais autoridades, a preocupação que tenho, principalmente com uma das reformas que, no meu entendimento, é a reforma mais importante, ou a única necessária mesmo, que é a Reforma Tributária.

Quero aqui - e faço isso em todos os meus espaços públicos - saudar o empenho do Deputado Federal Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul. Mas tenho dito - a ele, inclusive - que a vontade que ele tem ao abraçar esta causa, já na outra legislatura, porque esta Comissão da Reforma Tributária já se reuniu nos outros quatro anos e foi sendo esvaziada pouco a pouco e, percebo, com muita tristeza, nas últimas reuniões que participei, que também esta atual Comissão da Reforma Tributária começa a sofrer um processo de esvaziamento.

O óbvio, o consenso, acho que até a população já percebeu na questão da Reforma Tributária, que é possível se reduzir carga e aumentar a base. Foi necessário, no início do ano, o Secretário da Receita Federal dizer a todo o País quais são os problemas de arrecadação, como se dá a sonegação, quem não paga imposto, as injustiças da arrecadação, mas, o que percebemos lá - e isso me incomoda, porque desde a primeira vez que iniciamos esta discussão, e aí o Deputado Michel Temer teve um papel fundamental, porque ele abraçou esta luta assim como a questão da Reforma do Judiciário, até para não aceitar isso que foi dito por muitos Deputados aqui, que é o Executivo quem encaminha e determina inclusive o ritmo do Parlamento, e é verdade, na maioria das Assembleias, Câmaras de Vereadores e no Congresso, passa de 80% as leis aprovadas que provêm do Executivo.

E, até para fazer com que o Legislativo Federal tivesse o seu espaço, foi consensuada a pauta da reforma

tributária e da reforma do judiciário. E, a gente percebe ela sendo esvaziada. Porque? Porque quando aprovaram, e eu votei contra, a CPMF, todos os Deputados, as lideranças de todos os partidos, disseram no microfone que esta seria a última Lei que votaríamos porque agora viria a reforma tributária. E o que estamos percebendo não é isso! Tivemos na semana passada a questão do Imposto de Renda, a tabela dos 27% foi prorrogada por mais três anos e já está se discutindo hoje a cobrança de inativos e, infelizmente sou objetivo ao dizer isso: não há mais vontade, pelo que percebo, da reforma tributária.

O grande empecilho, pelo menos aparentemente, é o ICMS Federal, o IVA, imposto do valor agregado, que o Governo Federal entende que tem que ter sob controle, acho que os Estados corretamente, os Governadores e Prefeitos não podem aceitar isso, porque mais autonomia perdida do que já tem é impossível, na discussão do pacto federativo, a gente aceitar o Governo Federal ter o único imposto ainda que minimamente, dá um pouco de autonomia aos Estados que é o ICMS.

Então, há um problema grave, há uma disputa clara, pública, entre o Relator Mussa Dêmis e o Secretário da receita Everardo Maciel e, infelizmente me preocupa. Estamos já indo para o final de outubro, não tenho dúvidas que não aprova este ano e isso é ruim porque temos a questão do ano e, mais uma vez, acaba sobrando para os Estados porque muito desta legislação poderia ser adotada e regulamentada nos Estados.

Na questão da reforma do judiciário também estão todos percebendo e, eu queria antes de iniciar a questão da Lei da Responsabilidade, levantar uma questão que para nós está sendo muito pesada neste momento, que é a discussão do Plano Plurianual. E, dizer que a Região Sudeste do Paraná está esquecida, a Região Oeste de Santa Catarina envolvendo o Planalto Norte Serrano e a região Noroeste do Rio Grande, há uma fatia, e ficou claro nos eixos de desenvolvimento que parece que estão querendo que se crie um novo Estado ali. Porque literalmente esta Região foi esquecida dos eixos de desenvolvimento.

Já havíamos levantado isso há quatro meses atrás quando ainda era Ministro do Orçamento o atual Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e estamos tentando, inclusive, uma coisa inédita, Deputados Federais de todos estes três Estados, neste caso o Pantanal, já estou chamando de Pantanal agora, mas ainda é Mato Grosso do Sul, estava comentando com o Deputado uma discussão que está acontecendo lá no Mato Grosso, mas de que esta região precisa sim ter eixo de desenvolvimento, porque senão nós teremos problemas sérios. O que foi possível foi fazer algumas emendas, mas que nós sabemos pela nova concepção inclusive de plano plurianual do Governo ele trabalha em cima dos 365 projetos e claro se ele começar a aceitar emendas de todo o tipo ele acaba desmontando aquela estrutura que o próprio Governo montou.

Então, acho que a questão do pacto federativo sofre problemas aí e com certeza talvez o problema mais grave que nós temos percebido é esta lei que foi, na verdade, a Lei chamada de Responsabilidade Fiscal nº 18, Lei Complementar nº 18, que é na verdade uma verdadeira bomba de efeito retardado.

Queria colocar que ontem, coincidentemente ontem, o relator desta lei, Deputado Pedro Novaes, do PMDB do Maranhão, entregou um substitutivo global, deixei algumas cópias, era importante depois, se fosse possível até o final da tarde, pelo menos que cada estado levasse um exemplar, e quero dizer com uma certa alegria que efetivamente o Deputado Pedro Novaes percebeu e encampou boa parte das preocupações dos Legislativos estaduais, dos municípios, dos Tribunais de Contas, porque nós fizemos 23 audiências até agora e efetivamente foi assim um mar de lamúrias, porque efetivamente esta lei literalmente punia os desonestos e também os honestos, esse que é o problema, porque é fundamental a gente levantar o seguinte, claro que todo mundo quer responsabilidade fiscal.

Não é possível mais a gente ver o que alguns Prefeitos, alguns Governadores, Secretários e mesmo Câmara de Vereadores e Assembléias fazem. É verdade, não podemos tapar o sol com a peneira. Efetivamente temos irresponsabilidades gritantes em algumas áreas. O que não é possível é você lançar uma lei, generalizar como se todos os legislativos, como se todos os Prefeitos, todos os Governadores, Secretários, todos os ordenadores primários fossem um bando de irresponsáveis que estivessem ali para acabar com o dinheiro público. De uma certa forma o texto da lei, nos seus 110 artigos, trazia mais ou menos isto. Tanto é verdade que a grita foi geral. Fiquei impressionado. Estive há uns meses atrás no Rio Grande do Sul, porque sou o segundo vice-Presidente desta comissão, o Presidente é o Deputado Joaquim Francisco, de Pernambuco, vice-Presidente é o Deputado Luiz Carlos Haully, aqui do Paraná, do PSDB, e fiquei impressionado porque tentei fazer a apresentação sucinta lá no Rio Grande, numa reunião de Prefeitos lá do Rio Grande e no final falaram até em luta armada, em dar tiro e tal, e eu até briguei, mas pelo menos vamos usar o armamento gaúcho, porque a indústria bélica lá está sofrendo problemas, dificuldades de exportação, e Prefeitos de todos os partidos. A base governista muito mais radicais. Sou do PT e se eu falasse até não iam dar bola e quando olhei era do PPB, do PMDB, do PFL batendo na lei, digo ôpa!

Então, vou tentar rapidamente, Deputado, colocar quais são as propostas do substitutivo, porque penso que agora era fundamental que todos os Deputados conseguissem uma cópia do Substitutivo e que nós trabalhássemos em cima desse substitutivo que é na verdade boa parte daquilo que nós queríamos. O Deputado Pedro Novaes tem dito desde o começo que não aceitaria votar a lei do jeito que ela veio.

Então, de cara ele reduz a lei de 110 para 63 artigos, começa aí. Ele já dá uma bela enxugada no texto, porque realmente era um texto complicado, misturava um monte de coisas e os próprios técnicos lá, o próprio Ministro Marcos Tavares, que hoje é do Ministério do Orçamento que apresentou esta lei lá no Congresso ele mesmo de vez em quando repetia, porque não conseguia entender a complexidade da lei. Ela reduz a 13 títulos, ela coloca disposições preliminares, planejamento, receita pública, geração de receita pública, das despesas com pessoal, despesas com seguridade social, as transferências voluntárias, da destinação de recursos para o setor privado, da dívida, endividamento, gestão patrimonial, acompanhamento, avaliação, controle, contas públicas, relatórios e disposições finais.

Em primeiro lugar ele racionaliza a eliminação e alguns vícios de inconstitucionalidade. Estava claro. Uma leitura de um leigo mostrava que diversos artigos ali eram claramente inconstitucionais. Ele elimina isto. Garante a autonomia 200 da federação no estabelecimento de metas de gestão fiscal, bem como para o exercício de medidas que visem restabelecer limites eventualmente superados. De cara modifica todo o “caput”, porque o “caput” era um calhamaço. Inclusive usa esse conceito de gestão fiscal responsável. Este é um conceito, é uma discussão teórica. O que é gestão pública e gestão fiscal responsável? “Normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal com amparo no capítulo II da Constituição Federal. A lei abrange gestão fiscal nas áreas relativas a planos e orçamentos, de uma certa forma resgatando a 4320, pelo que li ontem, ele meio que resgata a 4320. Caracteriza a gestão fiscal - transparente e planejada, estabelece planos de gestão fiscal e enumera os órgãos envolvidos nos Poderes Executivo, incluindo o Ministério Público. A grande questão hoje é o tal do Ministério Público, Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e Conselho de Contas, onde houver, e Judiciário quando houver. Administrações diretas, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais... Cria um conceito que acho fundamental, Senhores Deputados, ele substitui o conceito de receita tributária disponível para receita corrente líquida e caracteriza isso. Que a receita corrente líquida é o somatório de todas as receitas tributárias, contribuições e transferências, menos os montantes relativos à repartição constitucional, contribuições sociais e compensações financeiras. A grande grita que tenho visto de algumas Assembléias é que cada Governador tem feito a leitura do jeito que quer.

Em Santa Catarina inventaram um conceito, Senhores Deputados, que dizia: “receita líquida ajustada”. A Assembléia passou muito mal, por azar, nos últimos meses lembro que não tinham conta nem para pagar telefone, foi um sufoco. O conceito era esse - “receita líquida ajustada” - não sei ajustada a quê, mas isso na verdade fica muito claro na forma que o Deputado Pedro Novaes coloca. Ele coloca, por exemplo, a questão do planejamento com o Plano Plurianual que tem que ser encamin-

hado pelo Executivo até 15 de abril do primeiro ano da legislatura, uma novidade, acho importante, a LDO, Orçamento anual encaminhado até 31 de julho - não modificada. O que mais que ele faz: a questão da receita pública. Despesa com pessoal. Não poderá exceder os seguintes percentuais da receita líquida.

União 50%, Estados 60%. A repartição por Poder, prestem atenção, deverá receber o seguinte critério, na esfera Federal - 2,5 para o Legislativo; 6 para o Poder Judiciário e 41,5 para o Executivo; 1% para o Ministério Público Federal e 3 para o FUNDEF. Estadual: 4% para o Legislativo; 6 para o Judiciário e 50 para o Executivo; 2% para o Ministério Público Estadual. Esfera Municipal - 6 para o Legislativo; 54 Executivo. Aí ele coloca: “Se o montante da despesa de pessoal exceder os limites, ficam vedadas até regularização, o seguinte: concessão de vantagens, reajustes ou adequação de remuneração; criação de cargo, emprego ou função; alteração da estrutura de carreira que implique aumento de despesa; provimento de cargo público; contratação de hora-extra.

Na questão da seguridade, que é tão polêmica hoje, que nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total. Esta é outra bomba de efeito que, com certeza, todos os Estados aí estão reunidos lá porque está explodindo tudo. E há muita irresponsabilidade. Inclusive agora com os fundos municipais que muito prefeito achou bacana só que quando começa a apertar, como essa aposentadoria a gente sabe o que está acontecendo.

Para concluir: a destinação de recursos para o setor privado somente através da lei específica, acho que a maioria das Constituições Estaduais já coloca isso.

Acho fundamental o capítulo 9 do novo substitutivo, da dívida e do endividamento. No prazo de 60 dias da publicação da Lei Complementar o Executivo enviará, primeiro, ao Senado, proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios. Limites globais e condições relativas ao Art. 52 da Constituição. Limites globais para operações de crédito externo e interno e montante da dívida mobiliária e limites e concessões e garantia para obtenção de empréstimo. Acompanhei, Senhores Deputados, o que o Senado tem feito, Senhores, é uma vergonha, o que a CAE tem feito é uma vergonha. Se coloca uma série de limites aos Estados, às Prefeituras, às Assembléias e o Senado é a festa. Qualquer acordo libera tudo. É impressionante! O que fizeram com a questão dos precatórios, federalizando a dívida do BANESPA, as dívidas dos bancos e os precatórios de alguns Estados e tal. Então tem que ser analisado e também o Congresso o projeto que estabeleça o limite da dívida mobiliária federal. Na questão da gestão patrimonial veda a aplicação de recurso de alienação de patrimônio público em despesas correntes. Que é o que foi feito. Torra, gasta e não se sabe onde foi parar o dinheiro. Salvo se autorizado pelo Poder

Legislativo, por maioria absoluta, se destinar a regimes e previdência dos servidores.

Por último acho fundamental isso aqui: ele cria fundo de regime geral da previdência social - essa é a grande discussão do momento, conselho consultivo de política e gestão fiscal e estabelece que a União não exigirá para o pagamento de amortização, juros e demais encargos no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ajuste fiscal dos Estados e Distrito Federal, mas, mais do que 10% da receita corrente líquida dos Estados que atender aos limites e endividamento pessoal. A maioria dos Estados, não sei os percentuais, mas Santa Catarina me parece que é 13, dois e meio vai a três por cento, a reestruturação a rolagem da dívida, popularmente chamada, que é uma das coisas que tem inviabilizado a maioria dos Estados. Ele coloca claramente, o Deputado Pedro, que não pode ultrapassar nessas renegociações 10% da receita corrente líquida. E aí tem que trabalhar bem claro com esse conceito.

Esse é o que gostaria que todos levassem para casa, ao final do dia, porque, com certeza, não vai passar a lei que veio, acho que essa preocupação pode deixar de existir. Mas teremos que fazer uma análise profunda também do substitutivo. É uma lei que pode ou não resgatar a unidade da federação. Não tenho dúvida disso. Acho que pela primeira vez conseguimos conceituar e trabalhar corretamente a discussão do pacto federativo. Fui Deputado Estadual e digo com toda sinceridade, a continuar essa concentração de poderes e de legislação, os Estados Federados não têm mais razão de ser. Para que serve o Estado se não tem mais autonomia? Não servimos mais para nada! Os municípios, então, em alguns casos nem se fala. Agora, com toda nossa boa vontade os Estados não têm mais autonomia para nada! O que a gente legisla hoje? Orçamento, lei de utilidade pública, aumento... é isso, infelizmente!

No âmbito federal também não é muito diferente não. Reunimos o Congresso no primeiro semestre duas vezes para aprovar o primeiro e segundo turno da MP da Bahia, dos incentivos fiscais. Esse é o problema e é grave. A República corre perigo se a gente não conseguir transformar isso numa verdadeira federação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Otoni)**

Com a palavra, Deputado Marco Peixoto - MERCOSUL.

**O SR. MARCO PEIXOTO**

Gostaria de saudar a todos, ao Presidente da Assembléia Legislativa, ao Presidente do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul. Quero saudar o colega Miguel Martini, Presidente da nossa União dos Legislativos Nacionais. Saudar o Cônsul, Embaixador do Uruguai que está presente à Mesa, meus colegas, Deputados e Deputadas, espero que a nossa intervenção seja bem breve, mas tenho certeza que vem

coroada de muita importância pelo tema, que hoje, se discute em todos os locais, lugares, jornais, televisões e rádios, que é o MERCOSUL.

Quero rapidamente, em poucos minutos, destacar o que a Assembléia Legislativa do Rio Grande realizou nos últimos quatro anos. Através de um projeto do Deputado João Luiz Vargas, ex-Presidente da nossa Assembléia Legislativa, incluímos a Comissão Permanente do MERCOSUL dentre as demais comissões permanentes da Casa. De lá para cá temos procurado ao longo desses anos, já que estou Presidente há quatro anos, acompanhar o processo evolutivo do MERCOSUL. Confesso a vocês que não conhecia, não tinha conhecimento pleno dessa questão, quando iniciei na Presidência, quando fui encaminhado pelos colegas Deputados, que aqui estão presentes, que me incentivaram, me acompanham, que é o Deputado Jair Foscarini e o colega irmão, Deputado Manoel Maria.

A nossa comissão, caros presidentes, tem realizado um trabalho que considero extraordinário, acompanhando as demais comissões. Temos tido muitas oportunidades de realizar eventos conjuntamente com a Comissão de Economia, presidida pelo Deputado Manoel Maria. Temos realizado eventos, reuniões, debates com a Comissão de Serviços Públicos, presidida pelo Deputado Jair Foscarini, além de um acompanhamento político necessário às questões empresariais e comerciais, no intercâmbio comercial que existe entre quatro países.

Hoje, neste momento, estamos lá na Assembléia Legislativa do Rio Grande, realizando um grande seminário, conjuntamente com a Comissão Mista do Congresso Nacional, presidida pelo gaúcho Júlio Redek.

Sintetizando todas essas questões que envolvem a nossa Comissão, queremos dizer que foi gratificante ter sido escolhido Presidente desta Comissão. Mas muito mais do que isso, estamos percorrendo o Rio Grande do Sul, proferindo palestras em universidades, escolas de 2º grau, associações comerciais. Porque hoje o grande problema que se debate, meu caro Miguel Martini, é que no Rio Grande do Sul fizemos uma pesquisa e 95% das pessoas não conhece e não sabe o que significa MERCOSUL: empresários, Vereadores, Deputados, Prefeitos, alunos, professores, não têm conhecimento.

As universidades do Rio Grande do Sul têm tido o cuidado de setorializar a questão do MERCOSUL, criando comissões, estudos, criando cursos, inclusive o comércio exterior é uma questão que está hoje aflorando todos os dias entre nós. Não estamos entendendo que o momento é esse.

Tanto é, caros Presidentes, que no mês passado, na Cidade de Belo Horizonte, juntamente com o Deputado Gil Pereira, chegamos à conclusão - meu caro Presidente da UNALE, o senhor estava presente - que estava chegando a hora de formarmos uma Associação, uma União Parlamentar do MERCOSUL.

Aqui estão exatamente os objetivos dessa rede de legisladores provinciais, estaduais e departamentais. Ou

seja, as Assembléias Legislativas, as Províncias argentinas, os Departamentos do Uruguai, que tenham interesse em colocar um membro, Presidente de uma Comissão do MERCOSUL, que se integre a nós, para debatermos as questões específicas do MERCOSUL.

Acreditamos que desde a primeira reunião que foi realizada em La Plata, até a reunião realizada em Belo Horizonte - não vou ler aqui o objetivo - gostaria apenas de citar que cada legislador, além de possuir voto e participar das unidades temáticas, nas áreas de ciência e tecnologia, turismo e desenvolvimento econômico, saúde e meio ambiente, educação, cultura e desporto, operação internacional, transporte, energia e comunicação, direitos humanos e garantias fundamentais, desenvolvimento social, direito do trabalho e combate a pobreza e também agricultura e pecuária. Estes são os temas que estaremos discutindo a partir do mês que vem, quando esta União Parlamentar do MERCOSUL estará aguardando o encerramento das eleições que ocorrem no Uruguai, na Argentina, para colocar em prática.

Mas, diante do interesse maior do Uruguai, da Argentina e de alguns Estados da Federação brasileira de iniciar um trabalho com Comissões Permanentes do MERCOSUL, estamos assinando, Senhor Presidente, acordo de colaboração recíproca entre as Câmaras de Vereadores do interior. Os Vereadores, os senhores sabem, se sentem valorizados e, assinando um acordo de colaboração, eles podem participar, efetivamente, de nossas reuniões, podem receber, semanalmente, todos os relatos das reuniões que temos na Assembléia Legislativa, bem como se integrar de maneira política, sócio-econômica, com as demais Assembléias Legislativas do resto do País, que têm essas Comissões.

Então, os Vereadores do Rio Grande, ou seja, as Câmaras, estão solicitando que a nossa presença, junto com outros Deputados que compõem a Comissão, para se integrar nesta parceria.

E por último, acho que não poderia sair daqui, sem encaminhar uma proposição à mesa, esta proposição mais diretamente ao Presidente da UNALE. Vou apenas ler esta proposição, mas acredito que seja de larga importância. Tem aqui a nossa assinatura de mais uma dezena de Parlamentares que assinaram, engrossando esta proposição.

“Os Deputados que ora subscrevem, considerando a importância das instituições constantes do MERCOSUL, pelo seu valor nas áreas econômicas, cultural e social, cujo tem não pode deixar de ser discutido, em qualquer segmento da sociedade, principalmente nos meios Parlamentares, vem, mui respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência a proposição que visa criar, na estrutura da UNALE, uma Comissão inter-regional, para assuntos do MERCOSUL.

O objetivo desta proposição é provocar uma discussão permanente no âmbito dos legislativos Estaduais de toda a Federação, sobre o mercado comum do Sul.

Dito e justificado, solicitamos a devida consideração desta Presidência.”

Então, estarei passando às mãos esta proposição, juntamente com os objetivos dos integrantes desta rede de legisladores que têm - e quero ressaltar aqui, não têm nada a ver, não têm nada a tentar realizar um trabalho paralelo a UNALE ou juntamente com os Deputados do Sul do Brasil ou com o CRECENEA.

Somos, especificamente, um grupo de Deputados, Presidentes de Comissões Permanentes que têm interesse em aprofundar este tema. E as Assembléias Legislativas dos Estados que tiverem interesse de constituir Comissões Permanentes, tenho certeza absoluta, que não vão se arrepender, porque o tema é muito abrangente. Não é um tema específico com a Saúde, a Educação, a Agricultura, Transporte, Segurança, Habitação, é um tema que engloba todos os demais temas ao mesmo tempo.

E peço aos Presidentes das Assembléias aqui representadas que levem um exemplar dos nossos objetivos, para que possam discutir e debater com suas Mesas Diretoras e quem sabe, num futuro muito próximo, formarem suas Comissões Permanentes.

Tenho certeza absoluta, Senhor Presidente Paulo Odoni, que a Comissão do MERCOSUL da Assembléia, tem procurado, ao longo destes quatro anos, além do acompanhamento político, a todos os segmentos sociais, a todas as entidades do Comércio e da Indústria, tem procurado defender também os interesses dos seus Estados. Porque não adianta falarmos em MERCOSUL, quando a Argentina protege a sua indústria, o seu comércio e não protegemos os nossos.

Acho que o MERCOSUL tem que existir, não pode, de forma nenhuma, ser encarado como disputa entre os países que compõem esta integração, mas sim como a unidade desse bloco para fazer frente aos demais blocos econômicos que existem no mundo afora.

Pela importância desse tema, encerro o meu pronunciamento, agradecendo a manifestação de apoio de todos desta Casa. Deixo um abraço amigo e dizer a todos que estamos à disposição para qualquer orientação, qualquer sinalização que possamos dar nas suas Casas legislativas, para se iniciar um trabalho sobre o MERCOSUL.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Odoni)**

Muito obrigado, Deputado Marco Peixoto.

O Deputado Marco Peixoto é Presidente da Comissão do MERCOSUL na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. É uma Comissão Permanente. Começamos com uma Comissão Extraordinária e transformamos em Comissão Permanente. Posso afirmar que tem sido uma das Comissões mais atuantes e proveitosas funcionando.

Quero registrar a presença também da Deputada de Rondônia, Sueli Aragão e o Deputado Caíto Quintana, do Paraná, que estão conosco neste plenário.

Gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a questão do desenvolvimento regionalizado da nossa experiência no Rio Grande do Sul, com o nosso Parlamento.

No início deste ano, quando assumimos a Presidência, lançamos um fórum de discussões sobre algumas questões que dizem sobre a nossa vida política, que era democracia representativa e democracia direta e participativa.

Os senhores já devem ter ouvido falar no Rio Grande do Sul, na Cidade de Pelotas, o atual colega nosso, Deputado Bernardo Souza, do PSB, que é ligado ao atual Governo, fez uma experiência de participação popular direta na confecção do orçamento, como prefeito da cidade de Pelotas.

Anos depois foi feito em Lages. E mais tarde o PT pôs em prática em Porto Alegre o chamado orçamento participativo. E, agora no Governo Estadual também foi colocado o chamado orçamento participativo.

Nós da Assembléia Legislativa abrimos um grande debate sobre esta questão e chegamos a uma conclusão muito objetiva disso.

Como tentamos nos debates aproveitar alguma coisa que achamos muito rica na questão da participação popular direta que é exatamente o cidadão. Dar a ele a sua manifestação sobre qualquer questão e sobre os investimentos públicos.

Nós aproveitamos essa idéia e ao mesmo tempo tentar tirar o impasse das críticas que se faziam a esse orçamento participativo.

Ele não é legalizado, institucionalizado. Tanto o PT, quanto o Governo achavam, mesmo nas conversas informais com os colegas, que não poderiam institucionalizar ou legalizar porque isso engessaria a tal experiência do participativo.

Nunca pensei assim. Penso que o exercício do poder deve ter o princípio da legalidade, deveríamos ter regras claras, abertas para o cidadão saber os seus direitos e os seus deveres corretamente.

Entre ficar nesse impasse do governo muito inflexível fizemos o seguinte na Assembléia: até o dia 15 de setembro respeitávamos autonomia do poder Executivo que formula a sua proposta orçamentária como entende que deve ser.

E no dia 16 começamos a fazer a experiência que estamos vivendo e que todas as Assembléias deveriam fazer, instalamos um fórum democrático. Lá no Sul há por lei, aprovado na Assembléia já no tempo do ex-governador Colares, a instituição de conselhos regionais de desenvolvimento. Dividiu-se o Estado em 22 regiões de desenvolvimento.

Cada conselho tem seu próprio estatuto, mas o princípio é que deles participem prefeitos, Câmara de Vereadores, lideranças de entidades não-governamentais, cooperativas, sindicatos, enfim, a comunidade. Não são os partidos políticos, nem os poderes constituídos.

As universidades todas participam dos chamados COREDES.

Nós que tínhamos um pleito dos COREDES de participar muito mais na Assembléia Legislativa, pois achavam que poderiam colaborar muito mais com o Poder Legislativo através da atuação dos COREDES. Cada um congrega 20 e poucos municípios, são 467 municípios no Estado e 22 COREDES.

Usamos os COREDES numa parceria e votamos um projeto de resolução que vamos transformar em lei.

Firmamos uma parceria com os COREDES com a participação da Federação dos municípios gaúchos e a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul. Com essas entidades fizemos o seguinte: todos os assuntos de grande interesse em tramitação na Assembléia levamos, através dos COREDES, a discussão com as 22 regiões do Estado. E lá estimulamos que se criem os conselhos municipais de desenvolvimento também apartidários e desvinculados da prefeitura ou do Estado.

Que sejam extensões interativas com os COREDES. Quando possível e necessário estes, o COREDES e os conselhos convoquem nos seus municípios assembléias populares onde o cidadão possa debater com eles esses assuntos. Sejam eles trazidos de volta à Assembléia.

Evidentemente que isso acompanhado pelas comissões permanentes da Assembléia.

Para o ano que vem os COREDES estão nos sugerindo discutir: universidade pública estadual, código do meio ambiente que está se votando no Rio Grande do Sul, por causa das queimadas e do pequeno produtor e o terceiro assunto que é muito polêmico que é a questão dos transgênicos.

Mas é óbvio que investimento público, lei orçamentária é uma vez por ano tem que ser prato principal desse fórum.

Então o que fizemos? No dia 15 recebi com o presidente o projeto e no dia 16 estávamos na comissão de planejamento e finanças que é presidida por um Deputado do PT e entregamos a cada presidente do COREDES uma cópia da proposta orçamentária. Colocamos na Internet da Assembléia. E passamos, com os COREDES levar a discussão nas suas regiões e fazer assembléias populares para discutir o orçamento.

Evidentemente que deu um debate muito grande. Saí ontem de Porto Alegre, vindo do interior lá de Canela, um ônibus já percorreu 4 mil quilômetros no Rio Grande do Sul com a Comissão de Planejamento e finanças, fazendo audiências públicas para receber da população e das Assembléias as propostas das Assembléias populares para contribuir na proposta orçamentária, para destruí-la não, para corrigi-la para emendá-la, para aprimorá-la, para que ela possa no final, talvez isso seja um porre de democracia, porque o Executivo houve o povo para fazer o orçamento e o Legislativo depois faz a mesma rodada e ele vai ouvir ineditamente a

participação direta do povo nas questões que ele vai votar.

O fato é que vamos votar, os 55 Parlamentares esse projeto de lei orçamentária depois de ter ouvido pela primeira vez de forma direta, pelo menos grande parcela da população do Rio Grande do Sul.

Isso é um desafio que nós estamos vendo aonde cega, e que até aqui, ontem estava de uma forma consagrada, nós tínhamos 15 Deputados acompanhando em Canela, 16, depois à noite, em Caxias do Sul, nós tínhamos a participação em audiências públicas de 900 mil pessoas. Há muita briga, crítica, o governo e a Oposição mas para a assembléia tem sido um processo muito rico, e a tese de tudo isto é a seguinte: quem tem autonomia e competência originária para fazer a proposta orçamentária, sem dúvida é o executivo. Mas desde 88 que as Assembléias e os Parlamentos têm o dever e o direito constitucional de dar última palavra sobre a lei orçamentária, e de responder à sociedade sobre a lei que aprova.

Se a Assembléia não fizesse isso como antes de 88, no regime autoritário, era melhor no protocolo carimbar o projeto de lei e dar o número de lei e devolver ao Governador.

A mesma coisa aconteceria conosco agora, se recebesse uma proposta orçamentária, dizendo: Olha, foi feita, construída pelo povo através do orçamento participativo. Então, vamos carimbar e devolver porque nós não vamos votar contra o povo. Não! Nós vamos dialogar com o povo agora que se conhece os números, os programas, as metas por região, e vamos eventualmente corrigir as omissões, o que tenha que ser feito, vamos contribuir e vamos fazer uma didática da cidadania, porque o cidadão vai entender que ele não pode criar receita que não existe, que ele tem que escolher prioridades dentro dos limites da proposta orçamentária, e está sendo dito para não criar ilusão e o famoso orçamento de ficção, não temos mais a questão da inflação da inflação, da correção monetária, poder trabalhar honestamente, mas não se elimina o papel das Casas Legislativas.

Nós temos poderes e responsabilidades para isso, não podemos inviabilizar uma proposta orçamentária do executivo, mas podemos sim discutí-la, enriquece-la, contribuí-la e ter uma participação efetiva.

Vamos nos legitimar mais e mais quanto mais nos aproximarmos do cidadão. Por isso nós andamos por todo o Rio Grande fazendo essa experiência inédita, que a gente espera nos dê a credibilidade para votar a proposta orçamentária.

#### O SR. CARLITO MERS

Quero só dizer uma coisa: Santa Catarina está bem na frente, quando vi a pauta inclusive pensei que o Deputado Gilmar Knaisel que é o presidente da Assembléia, que não é do meu partido, é do PTB, ele vai explicar como é que funciona há 3 anos, em Santa Catarina, o orçamento regionalizado.

É uma Emenda Constitucional com regulamentação em que os Deputados participam sim da elaboração do orçamento.

Estamos bem à frente do Rio Grande, eu falei para o Olívio. Disse: olha Olívio, vocês estão atrasados, nós já chegamos na frente, o Deputado Gilmar vai explicar depois como é que funciona o orçamento regionalizado.

#### O SR. PEDRO EURICO (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber se está esgotada a questão de responsabilidade fiscal ou nós poderíamos fazer um breve comentário à exposição do Deputado Carlito Mers.

#### O SR. PRESIDENTE (**Paulo Odoni**)

Já ouvimos o Deputado Carlito mas não vamos cortar, mas ouvir a sua intervenção e depois vamos encerrar a parte da manhã.

#### O SR. PEDRO EURICO

Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Deputados. A nossa preocupação reside no seguinte: o Deputado trouxe um informe, distribuiu oportunamente aqui um pequeno papel, dizendo: As alterações produzidas no Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Agora me parece que não se esgota aí as Assembléias especialmente a UNALE, e cada vez eu me convenço mais da importância dessa entidade nacional a nível dos Estados, que passa a ser uma entidade fundamental na defesa do princípio do federalismo, o que me parece importante é nós fixarmos aqui uma conduta da UNALE, que não seja apenas a discussão com a Bancada Federal, ou as Bancadas Federais, mas nós temos que avançar mais, mais do que nós já avançamos até aqui. A ida do Presidente Martini com os Presidentes de Assembléias, de Comissões de Finanças das Assembléias ao presidente Michel Temer, foi importante mas nós entramos agora como disse com propriedade o Deputado Carlito e acho que foi importante o que ele colocou, que nós temos que nos debruçar agora é no Substitutivo, reduzir de 110 para 66 artigos, é enxugar a lei, não modificou o espírito draconiano da lei. Por quê? Porque se pegarmos, por exemplo, o espírito da Constituição de 88. O que norteou na Constituição de 88? A ampliação das chamadas cláusulas pétreas, no artigo 60 da Constituição, que nós praticamente dobramos as chamadas cláusulas pétreas, até direitos e garantias individuais previstas no artigo 5º da Constituição passaram a ser petrificados, ou seja, são imutáveis.

Ora, se as cláusulas são imutáveis, elas não podem ser objeto de modificação nem por legislador constituinte derivado, nem por eles, muito menos pelo congresso ordinário, através de uma lei complementar. A lei complementar da Constituição só poderia complementar artigos de Constituição para esclarecer e fazer funcionar o pensamento do legislador constituinte, e nunca o que está se fazendo aqui.

O que quero alertar aos Senhores Deputados, especialmente a Mesa, é o fato de que o artigo 60 da Constituição petrificou o princípio do federalismo, que já era petrificado na Constituição de 46 e desapareceu na Emenda de 69, desapareceu na prática, porque até a Constituição da ditadura petrificou o princípio da federação. Esta lei é uma agressão à federação. Não é agressão quando se coloca aqui 4% para os estados, para as Assembleias Legislativas, que vamos ter que dividir o nosso percentual orçamentário, o nosso percentual da receita dos estados com os Tribunais de Contas, que hoje se transformaram na realidade, no poder e não mais as Assembleias Estaduais.

Estamos a cada momento desaparecendo como instituição, daqui a pouco vai aparecer uma lei complementar buscando como o Senhor Chaves fez lá na Venezuela, lá foram extintas as Assembleias Legislativas, aqui esta lei está extinguindo por decreto. Na prática estamos desaparecendo.

Então, não adianta, Senhores Deputados, não adianta, aqui estamos discutindo que estamos preocupados, temos que ter uma posição concreta. E cobro, efetivamente, da UNALE e dos Senhores Deputados, qual é a posição? Não adianta encerrar esta reunião, sem uma posição. Desloquei-me de uma distância de 4 mil quilômetros para cá para discutir essa lei, em nome da Assembleia de Pernambuco. Qual é a nossa preocupação? E qual a proposta que eu gostaria de fazer? É que deste Plenário saísse, efetivamente, uma comissão ou os Senhores Presidentes de Assembleias, já fui Presidente de Assembleia também, quer dizer, nós saíssemos daqui, um conjunto, para mobilizarmos, não através de entendimentos somente com o Presidente da Câmara ou com o Presidente da Comissão da Responsabilidade Fiscal - Deputado Pernambucano, Joaquim Francisco, ou o relator, mas precisamos mobilizar as bancadas, porque esta lei não pode passar. Não passa o que é essencial ao País, como disse muito bem o Deputado Federal Carlito, quando falou da questão da Emenda da Constituição da Reforma Tributária. A Reforma não passa. Agora a castração da União, essa se quer passar sob o manto de que se está moralizando os Estados. Não se está moralizando os estados, está se acabando com a autonomia federativa. E se aceitarmos isso, não teremos mais o que fazer.

Então, queria alertar isso aqui, queria fazer uma sugestão concreta, Encerra o Deputado Paulo Odoni, só solicitando a V.Exa. que seja marcado data com o Presidente Martini, uma reunião em Brasília, imediatamente, com uma Comissão de Deputados de todo o Brasil. Não nos deslocamos para cá? Então, podemos deslocar um grande contingente de Deputados Estaduais para dizer que esta Lei não pode passar. Por quê? Porque não é porque ela está desagradando os interesses das Assembleias, é porque simplesmente agride a Constituição. Esta lei é inconstitucional e tem que ser objeto de uma contestação frontal dos Estados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Odoni**)

Agradeço sua intervenção. O Deputado Martini quer fazer uma manifestação a respeito.

O SR. MIGUEL MARTINI

Gostaria de dar alguns esclarecimentos ao Deputado Pedro Eurico e outros que podem estar pensando parecido.

Estive com o relator Pedro Novaes num primeiro encontro. A partir daí marcamos uma audiência pública e participamos dela na Comissão Especial, então marcamos para esta reunião aqui, hoje, e à tarde na reunião da Diretoria, trouxemos uma proposta alternativa para esta Lei de Responsabilidade Fiscal onde pretendemos discutir a melhor maneira de viabilizarmos esta proposta da UNALE que pode ser, se alguns pontos forem consensuais, aprovada. Se não forem, estabeleceremos um tempo onde cada um poderia estudar e trazer a sua proposta.

Parece-me que algumas Assembleias já trouxeram propostas também e procuraríamos levar esta proposição da UNALE para o Relator que já está aguardando uma proposta que pudesse corrigir estas inconstitucionalidades no que for possível, e fazermos uma proposta da UNALE.

Então, quero dizer que não vai esgotar com esta fala, com a audiência que tivemos aqui, mas ela vai continuar à tarde e vamos dar o encaminhamento que a diretoria da UNALE considerar necessária, inclusive, se o encaminhamento for de colocarmos todas as Assembleias no Congresso Nacional para dizer da nossa posição, vamos fazer isso. Não esgota aqui, pelo contrário, estamos apenas iniciando este processo para saber o que vamos fazer diante desta lei que tem algumas coisas de positivo mas que é realmente, em muitos aspectos, draconiana.

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Odoni**)

Aliás, naquele encontro com o Michel Temer se levantou a necessidade de justamente aprofundarmos isso e vamos fazê-lo.

O SR. LIBERMAN MORENO

Gostaria de dizer que o companheiro de Pernambuco tem inteira razão. No que pese termos um apelo veemente e este apelo vem em forma do acompanhamento que temos feito através da UNALE, através de alguns Deputados Federais, urge pressa, mas, acho que aí estaria exatamente o nosso interesse em jogo e deveríamos então, fazer o possível para que esta lei pelo menos não fosse votada o mais rápido possível porque acredito que ela veio tão pesada, tão drástica para os legislativos estaduais, que mesmo com o tempo que tivemos, mesmo com os apelos feitos pelo Presidente Miguel Martini, para os companheiros dos demais Estados, hoje não temos concretamente ainda uma opinião absolutamente formada sobre aquilo que é a nossa proposta final.

Sabemos de preocupações, por exemplo, os Legislativos Estaduais estão sendo tratados como os Poderes Executivos. Nos orçamentos os Executivos têm uma parte para pessoal, uma parte para investimento e assim vai e o legislativo não tem isso. Não estamos obrigados a fazer investimentos. No entanto, a nossa despesa é basicamente de pessoal e como é que estaríamos enquadrados da mesma forma que o Poder Executivo que tem uma outra forma de tratamento? Uma outra forma de operar a administração pública?

Então, aí está, por exemplo, nitidamente, uma contradição deste projeto de lei que precisa ser observado. E com certeza neste momento acho que para reafirmar o companheiro de Pernambuco faz um apelo e quero engrossar o apelo, deveríamos sim discutir, fazermos jús a esta distância enorme e este sacrifício que fizemos para estarmos aqui em Curitiba no dia de hoje, mas é preciso que saibamos que nem tudo que se vai propor vão acatar.

Então, temos que ganhar mais tempo, já que a reforma tributária, por exemplo, como falou o Deputado Carlito não vai ser levada a votação pelo menos por enquanto, acho que esta também, até estamos precisando de algum disciplinamento nos Estados e municípios, é verdade, mas acho que não há esta pressa. Esta pressa ela não é benéfica para os Legislativos estaduais neste momento.

Então, quero pedir que tenhamos muita cautela no encaminhamento dessas propostas, porque se nos dermos por satisfeitos em colocar apenas o que for apurado, sem que tenhamos consciência absoluta de que isto realmente é tudo que nos interessa, tenho preocupações de que sejamos atropelados por uma lei que interessa muito mais à União que não colocou neste projeto as suas responsabilidades e foi buscar responsabilidade dos outros, gastando definitivamente tudo aquilo que os estados precisam que é de liberdade pelo respeito a democracia e pelo respeito ao princípio federativo que foi totalmente retirado deste projeto de lei.

Era esta a participação do Amazonas neste momento, pelo meu intermédio.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Odoni)**

Muito obrigado. Quero esclarecer aos demais Parlamentares vai ser abordado ainda na reunião da UNALE, a partir das 14 horas e a gente pode aprofundar e ter mais intervenções lá, independente do que já fizemos agora pela manhã.

Antes de encerrar a nossa reunião, houve uma proposta de uma Carta de Curitiba em relação a este nosso encontro do Parlamento do Sul e gostaria que o Deputado Orlando Pessuti fizesse a leitura dela para que pudéssemos consultar se há realmente consenso para subscrevê-la e publicá-la, a ser firmada pelos Presidentes de Assembléias, mas aprovada no Encontro.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor Presidente do PARLASUL, Deputado Paulo Odoni, Senhores Presidentes de Assembléias Legislativas, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados aqui presentes.

A exemplo do que discutimos no Parlamento amazônico, hoje estamos discutindo o Parlamento do Sul, dentro desta nova configuração de trabalho que propõe a nossa entidade maior e para que fique marcada essa reunião de instalação do PARLASUL, esta reunião de posse efetiva, de legalização dos Estatutos, queremos deixar registrado aquilo que foi, de certa forma, a linha de discussão desta reunião.

**(Lê):**

#### **“CARTA DE CURITIBA**

Nós, os representantes dos Estados do Sul, reunidos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - tendo em vista o momento de aprofundamento pela democracia, levando em conta o trajeto rumo ao desenvolvimento e estabilidade institucional no marco de integração centrado no MERCOSUL - rejeitamos fórmulas que promovam o enfraquecimento dos Legislativos - que se constitui na ‘Fonte Legítima da Lei’. Insistimos nesse ponto porque dele decorre a garantia do Estado Democrático, cumprindo balizarmos as linhas de atuação de todos os membros dos legislativos no contexto da revalorização da instituição representativa como expressão final da soberania popular.

Inauguramos nova era de oportunidades democráticas na realidade nacional, abrindo-se fronteiras em torno de objetivos únicos. Não podemos perder a oportunidade da defesa dos interesses estaduais na esfera federal, promovendo a valorização da classe política ampliando as prerrogativas parlamentares.

Configura-se como extrema prioridade, a discussão do relacionamento federativo entre Estados e União, ressaltado principalmente pela proposta de reforma tributária. Precisamos ter uma Reforma Tributária efetiva, que propicie condições de suporte das despesas públicas por todos os membros da sociedade, com equacionamento administrativo que reduza a evasão fiscal, mas respeite a autonomia dos entes estaduais e municipais.

Rejeitamos propostas que visem transferir recursos de alçada estadual e municipal para a gestão da União, reclamando ainda a revisão da sistemática introduzida pelas leis Kandir, do FEF e do Fundo de Desenvolvimento da Educação, posto que nossa Constituição preserva o Estado Social Democrático de Direito e privilegia o respeito ao princípio federativo - premissas merecedoras de observância estrita por parte dos agentes políticos representantes da sociedade.

A questão referente à repartição de verbas deve envolver ainda, dois tipos distintos de problemas: a) uma repartição minimamente equitativa dos recursos públicos

federais ao orçamento; b) a reparação de injustiças históricas.

O que ocorre é não só a transferência de recursos privilegiando o atendimento das regiões carentes, enquanto um fim em si mesmo, como a distribuição de verbas sociais tendendo a reduzir drasticamente os repasses federais para os estados mais desenvolvidos, prejudicando e mesmo inviabilizando a continuidade de programas bem sucedidos e de alta relevância social. Alguns programas extremamente importantes na área social estão ameaçados de serem reduzidas em até 60% as verbas, o que levará ao desmonte de sua estrutura. Tal redistribuição tem sido justificada com base nos critérios do governo federal de destinar mais recursos para estados considerados mais carentes, dando a falsa impressão de que os estados do Sul estão privilegiados financeiramente, o que não corresponde à verdade, já que aqui as carências sociais também são significativas.

Este fato claramente penaliza Estados e Municípios que tiveram êxito em seus programas educacionais e sociais. É evidente que não se trata apenas de uma grave injustiça só com a região Sul, mas da manutenção de uma dinâmica de discussão orçamentária que mina as bases do Pacto Federativo e afeta a legitimação da democracia em nossa sociedade.

Por outro lado, o Projeto de Lei Complementar nº 18/99, é merecedor de apreciação de todos os legisladores brasileiros porque autoriza o Poder Executivo a promover, mediante decreto, o corte automático de despesas nos demais Poderes, passando para a União a primazia sobre os demais entes da federação na legislação concorrente que trata de matéria financeira. Ainda, ao inferir a expedição de qualquer ato que acarrete aumento de despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final da legislatura, o projeto minimaliza até mesmo rotinas administrativas advindas de direitos dos servidores, pontos outros que ferem a autonomia e independência dos Poderes.

Os Deputados do Parlamento do Sul proclamam ainda, sua plena adesão à integração regional expressa no MERCOSUL, conclamando os governos do continente a aprofundarem os mecanismos de plena junção dos países-membros.

Curitiba, 22 de Outubro de 1999.

Dep. PAULO ODONI RIBEIRO

Presidente da Assembléia Legislativa  
do Rio Grande do Sul e

Presidente do Parlamento do Sul

Dep. NELSON JUSTUS

Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

Dep. GILMAR KNAESEL

Presidente da Assembléia Legislativa  
de Santa Catarina

Dep. MAURÍCIO PICARELLI

vice-Presidente da Assembléia do  
Mato Grosso do Sul

Dep. ORLANDO PESSUTI

Coordenador dos Trabalhos do Parlamento do Sul"

O SR. PRESIDENTE (**Paulo Odoni**)

Esta é a proposta de carta de Curitiba que vamos firmar. Pergunto aos colegas presidentes se estão todos de acordo, no Plenário, se há alguma restrição ou se estão de acordo.

Se ninguém se manifesta em contrário, vamos considerar aprovada a nossa Carta de Curitiba.

(Aplausos)

Antes de ouvirmos o nosso hino do Paraná, e encerrarmos a Sessão, cumpre a nós estabelecermos a nossa data e lugar para a próxima reunião do parlamento do Sul.

A proposta já de ontem tabulada e nós faremos a reunião em Florianópolis, por uma também feliz proposição do nosso presidente da Assembléia de Santa Catarina, essa reunião poderá ser realizada no Costão do Santinho. Os nosso amigos da Crecenea, se aprovada aqui, eu já os comunicarei, hoje mesmo, da data e do local os convidando para essa reunião.

Faremos reunião do Parlamento Sul, faremos reunião conjunta com o CRECENEA. Convidamos o presidente Martini, pra fazer a reunião da Executiva, da UNALE, nesta mesma ocasião e pudemos abordar a questão do MERCOSUL também nisso.

Eu até questionava e acho que poderíamos, os demais Presidentes da UNALE, estão de acordo, convidarmos os representantes legislativos do Uruguai e do Paraguai também, não só o CRECENEA mas a representação daqueles legislativos para também transformarmos isso num pré-encontro internacional do MERCOSUL.

As datas propostas são, 2 ou 9, 5.<sup>a</sup> feira, nós nos encontraríamos, de 5.<sup>a</sup>, de tardinha, à noite sempre com a recepção, trabalharíamos na 6.<sup>a</sup> feira.

O presidente do Paraná não pode na data de 9, e com um pouco de sacrifício acho que todos podemos fazer na data do dia 2, embora esteja um pouco mais perto.

Se houver acordo, marcamos aqui, 2 de dezembro, fazermos a próxima reunião do Parlamento Sul, conjunta com o CRECENEA, e com a UNALE.

Bom, estamos, 2 ou 9, agora á tarde, fixaremos um destes 2 dias, todos serão convidados formalmente e convocados até, nesta participação para que a gente dê peso político à nossa entidade e ao nosso Encontro, não deixe cair a peteca.

Talvez a última oportunidade ainda este ano, e a gente poderia, antes de encerrar o ano legislativo, fazer um belíssimo Encontro.

Vou fazer força para levar o máximo possível de deputados do Rio Grande do Sul, os de Santa Catarina estão lá, os do Paraná, os de Mato Grosso do Sul, se resolverem fazer uma opção pelo Sul ao invés de pela Amazônia, nós vamos poder ter uma bela representação lá.

Para encerrar agradeço a todos que participaram do nosso Encontro e convido aos presentes a ouvirem, de pé,

o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a presente sessão.

**(Execução do Hino do Paraná).**

Levanta-se a sessão.